

HOSPITAL D. LUIZ I DA BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ COMO SUPORTE IDENTITÁRIO DA COMUNIDADE DE IMIGRANTES LUSOS NO NORTE DO BRASIL

CIBELLY ALESSANDRA RODRIGUES FIGUEIREDO*

CYBELLE SALVADOR MIRANDA**

ANA PAULA RODRIGUES FIGUEIREDO***

Resumo: Partindo do entendimento da Arquitetura como responsável pelo enquadramento da memória, segundo Pollak (1989), propõe-se o conhecimento do Hospital D. Luiz I da Beneficente Portuguesa do Pará como símbolo da identidade portuguesa neste estado do norte do Brasil. A compreensão deste como artefato foi proporcionada pela adoção do método da “Etnografia de Rua” como definem Rocha e Eckert (2011), sendo esta abordagem reveladora de aspectos tangíveis e intangíveis da vida do Outro. Assim, o Hospital D. Luiz I explicita a identidade de seus promotores e usuários enraizada na memória coletiva desta comunidade, destacando-se no espaço do bairro de Nazaré, no qual se insere, como ícone representativo da colônia portuguesa, mas também como símbolo de confiança, respeito e assistência na cidade de Belém.

Palavras-chave: Hospital D. Luiz I; Identidade; Memória; *Genius loci*.

Abstract: Based on the understanding of architecture as responsible for the memory framing, see Pollak (1989), it is proposed the D. Luiz I Hospital of the Portuguese Beneficent of Pará's knowledge as a symbol of Portuguese identity in this Brazil north state. The comprehension of the Hospital as an artifact was provided by the adoption of the “Street Ethnography” method, as defined by Rocha e Eckert (2011), being this approach a revealing of the tangible and intangible aspects of the other's life. Thus, the D. Luiz I Hospital explains the identity of its promoters and users rooted in this community's collective memory, especially in the Nazaré neighborhood area, which incorporates, as a Portuguese colony representative icon, but also as a symbol of trust, respect and assistance in the city of Belém.

Keywords: D. Luiz I Hospital; Identity; Memory; *Genius loci*.

* Universidade Federal do Pará. cibellyfigueiredo@gmail.com.

** Universidade Federal do Pará. cybelle@ufpa.br.

*** Universidade Federal do Pará. anarodriguesfigueiredo@gmail.com.

1. O HOSPITAL D. LUIZ I COMO REFERÊNCIA PORTUGUESA NA BELÉM DO SÉCULO XIX

Desde a época colonial e alcançando o século XIX, as Misericórdias portuguesas difundiram em solo brasileiro além da ação caritativa, a consolidação da cultura e identidade lusas por meio da construção de hospitais, gabinetes de leitura, grêmios recreativos, dentre outras atividades que constituíam alusão à cultura portuguesa.



Fig. 1. Quadro de D. Luiz I.
Foto: Cibelly Figueiredo, 2013

Assim sendo, ao assumirem uma especificidade de cunho assistencial, cultural e social, esses grupos portugueses traziam pra si a responsabilidade em se organizar progressivamente a fim de delimitar o objetivo da associação e os meios pecuniários para alcançá-lo.

Dentre essas instituições de amparo, de acordo com Figueiredo (2015) e Chaves (2008), formam-se as Sociedades Benéficas Portuguesas, cujos membros diretores eram representantes da elite lusa da cidade na qual eram implantadas, denotando um interesse de ascensão social e firmação política destes grupos de imigrantes, «pois além de se tornarem visíveis na sociedade na qual emergiam, seus membros promoveram um reconhecimento entre eles e uma autoafirmação, por intermédio da ideia de unidade»¹, necessários para manter os laços afetivos com o torrão natal e a firmação da identidade lusa no Brasil.

À semelhança das Misericórdias portuguesas, as Sociedades Portuguesas de Beneficência agiam na circulação social da caridade tanto como um meio ético quanto forma de prolongar o favorecimento de determinados grupos e poderes elitários, garantindo para os imigrantes portugueses uma posição no seio dessa elite em formação [...]»².

¹ FIGUEIREDO, 2015: 43.

² CHAVES, 2008: 41.



Fig. 2.
Capela Nossa Senhora da
Conceição.
Foto: Cibelly Figueiredo, 2014



Fig. 3.
Fachada Principal do Hospi-
tal D. Luiz I.
Foto: Cibelly Figueiredo, 2012

Na formação das Sociedades Beneficentes Portuguesas, um membro da monarquia lusa era aclamado como seu protetor. Em Belém, D. Luiz I foi o escolhido, e denominou o hospital, construído em 1877, pela Sociedade Beneficente Portuguesa na capital paraense. «Assim sendo, valores culturais, sociais e religiosos foram incentivados a fim de proteger o poder régio, conservando as relações com as elites em Portugal e em terras transatlânticas»³.

Ao lado do membro da monarquia, Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal fora imputada como a santa protetora para a referida instituição, consolidando a vocação católica dos membros representativos da Beneficente paraense.

³ FIGUEIREDO, 2015: 177.

No cenário de percepções sociais, econômicas, políticas e culturais, a construção do edifício-sede do Hospital D. Luiz I da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará legitimou positivamente a imagem lusa, e sua arquitetura materializou a política higienista do final dos Oitocentos, refletindo as atitudes governamentais, médicas e construtivas da época e dando o aporte necessário para a consolidação da comunidade lusa em Belém do Pará.

O Hospital D. Luiz I serviu como suporte para o desenvolvimento de saberes e fazeres inerentes à sua materialidade e ao incremento do uso da memória e identidade da colônia lusa e, no âmbito regional, nacional e internacional, ratificou a Benemérita Sociedade Portuguesa na elite paraense.

2. A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA INSERIDA NO EDIFÍCIO-SEDE DO HOSPITAL D. LUIZ I

Determinados lugares são relevantes na perpetuação da memória de grupos sociais, agindo de maneira emblemática na construção e consolidação da identidade destes grupos, como cenário de vivências pessoais e coletivas. E, na problematização do reconhecimento do Hospital D. Luiz I como território de narrativas históricas dos imigrantes lusos no norte do Brasil, apresentamos seu edifício-sede como representante de uma diversidade de significados intrínsecos à sua espacialidade física.

A vinculação da memória coletiva com o lugar está no cerne deste artigo e, como aporte a esta analogia, recorreremos a Le Goff o qual demonstra que «o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios»⁴. De continuidades e apagamentos é feita a relação entre passado e presente, em que a fluidez da memória pessoal transforma-se em memória coletiva a partir da ancoragem em referências espaciais e temporais.

No processo de simbolizar a colônia portuguesa em Belém por meio da espacialização física do edifício-sede do Hospital D. Luiz I, este artigo o apresenta como o cenário no qual a força da memória coletiva foi construída a partir das experiências vividas e emanadas por sua materialidade, e, desta forma o edifício passa a ser entendido como linguagem, um transmissor de significados e da visão de mundo inerentes ao grupo que o construiu.

⁴ CHANGEUX *apud* LE GOFF, 2003: 420.

Os ambientes construídos se constituem em uma forma de comunicação entre gerações para a transmissão de práticas e lógicas culturais. A arquitetura é produzida não apenas como construção identitária mas, também, em um processo dinâmico, os indivíduos se utilizam dela para reconstruir suas próprias lógicas e reinterpretar os fatos do mundo⁵.

A permanência de uma intenção no tempo faz com que a arquitetura sirva como uma manifestação humana que constrói a memória por meio dos significados atrelados ao edificado, tornando a materialidade como essência, como representante do homem em uma determinada época.

A apropriação da dimensão física do Hospital D. Luiz I como ícone da presença portuguesa no norte brasileiro revela, sobretudo, a necessidade de buscar a construção da identidade e memória dos imigrantes portugueses em Belém, por meio da tradição e revalorização histórico-cultural deste grupo. A recordação seria o despertar de sua transmissão, o ato precursor desta memória. «Lembrar é construir uma identidade própria»⁶. Desta forma organizamos e não resgatamos o passado.

O caráter de âmbito emocional da memória coletiva foi inerente a formação de uma unidade coesa, baseados em “sinais simbólicos que fixaram, generalizaram e uniformizaram a lembrança, tornando-a passível de ser transmitida para além dos limites das gerações” e assim, permitindo a identificação de um grupo. Portanto, a socialização fez parte da memória coletiva⁷.

A memória de um grupo define os parâmetros do que é comum aos membros desse grupo e quais são os aspectos que os diferenciam dos demais, designando limites sociais e culturais, agindo na coesão pela afetividade e reconhecimento e assim, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao grupo.

Halbwachs⁸ revela que a memória coletiva é formada a partir de conexões existentes entre memórias individuais que, em algum momento se tangenciam, implicando em uma seleção de fatos para que juntos representem um grupo, assegurando sua continuidade e uniformidade.

As lembranças fazem a coesão de uma determinada coletividade e, mutuamente o grupo agrega e consolida as lembranças. «A estabilidade da memória coletiva está vinculada de maneira direta à composição e subsistência do grupo. Se o grupo se dissolve, os indivíduos perdem em sua memória a parte de lembranças que os fazia assegurarem-se e identificarem-se como grupo»⁹. Sabemos que ao salvaguardar as

⁵ DUARTE, 2010: 3.

⁶ ASSMANN, 2003: 2.

⁷ FIGUEIREDO, 2015: 165-166.

⁸ HALBWACHS *apud* POLLAK, 1989.

⁹ ASSMANN, 2011: 144.

lembranças em comum, o grupo social é delimitado e suas fronteiras resguardadas. De acordo com Pollak, a memória coletiva faz uso de um quadro de referências e de pontos de referências para manter um grupo homogêneo, balizados pela coerência no discurso e na seleção dos fatos que precisam ser perpetuados em detrimento aos que necessitam ser esquecidos.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode ser sem dúvida interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e futuro¹⁰.

Partindo do entendimento da Arquitetura como responsável pelo enquadramento da memória, propõe-se o conhecimento do Hospital da Beneficente Portuguesa de Belém como símbolo da identidade portuguesa no Pará.

A compreensão deste como artefato foi proporcionada pela adoção do método da “Etnografia de Rua”¹¹. A abordagem pelo método etnográfico, dos aspectos tangíveis e intangíveis da vida do Outro, permitiu a leitura das relações sociais e afetivas que habitam estes espaços.

Através das narrativas dos entrevistados, coletamos informações que não fazem parte de fontes *oficiais*, apreendendo com Le Goff, que «numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem»¹² são relevantes em uma pesquisa histórica.

A etnografia de rua usada em estudos de Arquitetura foi uma estratégia de atingir a pluralidade humana por meio de atividades exercidas e materializadas pelo homem em suas construções. O meio urbano guarda entre suas ruas e edificações fundamentos emblemáticos de seus habitantes e suas maneiras de se viver em sociedade, as quais proporcionaram alterações na paisagem urbana¹³.

Ao utilizarmos o método etnográfico, o nosso olhar de pesquisadoras-arquitetas foi reestruturado a fim de percebermos a construção do imaginário do Outro, para além de nossa formação acadêmica adentrando em uma interdisciplinaridade necessária para análise e entendimento da teia de relações que emanaram da materialidade do edifício-sede como produto da memória dos grupos sociais que se relacionam cotidianamente com o hospital.

¹⁰ POLLAK, 1989: 8.

¹¹ ROCHA & ECKERT, 2001.

¹² LE GOFF, 2003: 530.

¹³ FIGUEIREDO, 2015:112.

Os entrevistados se compuseram em três categorias: transeuntes nas proximidades do nosocômio; profissionais e pacientes que interagiram com a estrutura física do edifício-sede; e moradores da cidade, os quais assinaram anuência à pesquisa em ‘Termo de Consentimento Livre e esclarecido’ para que suas identidades e respostas fossem utilizados em publicações científicas. A amostra foi composta por pessoas de ambos os sexos e cuja faixa etária ficou dividida em: a) 41% de 16 a 35 anos; b) 35% de 36 a 60 anos; c) 24% acima de 60 anos. Nestas abordagens, quer por intermédio de perguntas pré-determinadas ou em “conversas informais”, as peculiaridades das narrativas orais e das dinâmicas não verbais do “Outro” foram analisadas, segundo estabelece as premissas do trabalho de campo do Antropólogo.

Em análise do discurso emanado pela Dra. Lorena Fernandes, verificamos sua referência a um elemento-símbolo presente em quase todas as descrições dos entrevistados, destacando a escadaria e os portões em ferro como a referência arquitetônica do edifício-sede.

Eu lembro daquela escadaria bem na frente da Maternidade D. Luiz I, né, com aqueles portões.

Aquela escadaria pra mim, quando falam Hospital Beneficente, eu lembro daquela escadaria da Generalíssimo. (...)

Não é de acesso agora por lá, mas antigamente era o acesso da maternidade D. Luiz I.

Enfim, é importante a permanência dessa estrutura até pra mostrar, e de repente quem sabe uma atualização, mas mantendo os padrões de antes, consegue adaptar pra manter o hospital moderno e que continue conseguindo atingir os padrões que a saúde atual merece, necessita¹⁴.

A arquitetura antiga, destacada na fala da farmacêutica Lucimar Azevedo Moura, evidencia o caráter monumental que sua arquitetura denotava, bem como a necessidade em perpetuar o imaginário português que emanava dos elementos lusos presentes nesse nosocômio.

Era um quarto imenso que parece assim, a gente tinha uma impressão que é a casa da gente, uma continuação e não um hospital.

Agora é assim, ele é muito austero, grandão, parece um castelo, né?(...)

Pra quem gosta de história eu acho muito bom a gente ter um hospital de muito tempo, ter a sua história e os modernos não têm assim, não sei bem como te explicar, não tem um encantamento. Ela tem beleza, mas assim, ele [o hospital] parece que guarda assim, muita história, sabe? O passado de muita gente portuguesa e paraense.

Se a gente deixa ir embora aquilo, vai ver só por fotografia.

Ali no hospital não! Tu estás entrando numa coisa, tu estás vendo né? É bacana!¹⁵

¹⁴ Trecho da entrevista concedida a Cibelly Figueiredo, em 20 de setembro de 2014.

¹⁵ Trecho da entrevista concedida a Cibelly Figueiredo, em 28 de junho de 2014.

A reação da esteticista Sandra Nascimento, quando a abordamos perguntando se a o edifício-sede do Hospital D. Luiz I mereceria ser preservado, nos mostrou que mesmo sendo leiga em temas pertinentes à patrimonialização, a esteticista reconhecia a importância histórica do hospital.

Eu pensei que todas essas construções antigas de Belém já fossem automaticamente preservadas porque trazem uma parte da história de nossa cidade... É um absurdo o que fazem com essas construções antigas! É uma falta de respeito com a nossa história!¹⁶

A análise das falas dos entrevistados, pessoas ligadas direta e indiretamente ao cotidiano do Hospital, nos fez concluir o reconhecimento do edifício-sede do Hospital D. Luiz I como documento/monumento, dotado da intenção de marcar e afirmar a presença da colônia portuguesa em Belém. A concepção de documento-monumento trouxe a ideia de intencionalidade para o documento cuja produção resultou do jogo de forças que condicionou sua produção e reprodução.

A oralidade dos entrevistados, cuja amostra foi composta de médicos, enfermeiras, administradores hospitalares, mas também por ambulantes, pacientes, transeuntes, escolhidos entre as pessoas que se relacionam diariamente com o edifício, adquiriu importância e foi inserida à historiografia do Hospital D. Luiz I abrangendo vozes ainda não ouvidas, creditando a admissão e reabilitação destes indivíduos como pertencentes ao cenário do Hospital D. Luiz I, com suas histórias, memórias e arranjos de sua época vivida.

Na dinâmica da experiência de permanência com a materialidade do hospital, percebemos que a narrativa dos entrevistados revelava uma apropriação sua do passado através do valor simbólico de pertencimento ao lugar, aliados à relação de seu percurso cotidiano, projetado no espaço físico do hospital e guardados em suas memórias.

No decorrer de nossas incursões e entrevistas, percebemos que o discurso dos entrevistados abordou o reconhecimento do edifício-sede como representante de uma arquitetura antiga, da história de Belém e que sua preservação seria relevante para a cidade. Em torno de 70% dos entrevistados mencionou a arquitetura do edifício-sede, citando alguns elementos-símbolo como a escadaria da sua fachada principal, as grandes janelas, a sua cor branca, a grade de ferro e sua arquitetura antiga. Sensações de inquietude presentes no relato dos profissionais de saúde que interagiram com as dependências internas do nosocômio são transmitidos, segundo seus testemunhos, por alguns elementos arquitetônicos como os corredores extensos e as dimensões grandiosas do pé direito dos ambientes, propiciando uma atmosfera de medo e insegurança.

¹⁶ Trecho da entrevista concedida a Cibelly Figueiredo, em 23 de agosto de 2014.

Nestas oralidades, a percepção das pessoas em relação ao pertencimento do edifício a um passado rememorado na atualidade tornou-se evidente, dando a ele um reconhecimento, por parte da sociedade envolvida, como cenário de propagação dos saberes científicos, aliados a uma íntima ligação entre sua arquitetura hospitalar e a memória dos indivíduos que o reconhecem como suporte histórico, material e imaterial para suas lembranças e para a perpetuação da colônia portuguesa em Belém.

3. O EDIFÍCIO-SEDE DO HOSPITAL D. LUIZ I, SEUS SÍMBOLOS E O ESPÍRITO DO LUGAR

A partir do momento que arquitetura se afasta paulatinamente dos fundamentos artísticos e simbólicos nos quais fora constituída, torna-se mister para seu entendimento, além de sua composição formal, a maneira pela qual o homem a experimenta, suas percepções de identidade e significado do mundo.

As narrativas dos entrevistados que interagem cotidianamente com o Hospital evidenciou a descrição de representações identitárias de grupos sociais balizadas pelo cenário histórico, social e cultural, nos quais estilhaços de sua individualidade se misturaram e se fundiram na teia de relações compartilhadas com a memória coletiva, tendo a arquitetura e os símbolos do edifício-sede como a força simbólica que os atrelou, reacendendo, através das memórias, a vitalidade das imagens que ele, o edifício, transmite. Uma vez que

A linguagem da arte é a linguagem dos símbolos que podem ser identificados com nossa existência. Se lhe falta um contato com as memórias sensoriais que vivem em nosso subconsciente e ligam nossos vários sentidos, a arte fica inevitavelmente reduzida a mera decoração sem significado¹⁷.

A materialidade do edifício-sede nos permite revelar a identidade portuguesa, contudo, Norberg-Schulz¹⁸ evidencia que o caráter próprio ou o espírito do lugar pertence à essência, à linguagem interna da construção, ao vigor emocional que suas formas carregam. A fenomenologia, segundo o autor, analisa a arquitetura no âmbito existencial, como um espaço vivido que possui um caráter próprio.

O caráter é determinado por *como* as coisas são, e oferece como base de nossa análise os fenômenos concretos do mundo-da-vida cotidiana. Só assim podemos compreender de modo cabal o *genius loci*, isto é, o “espírito do lugar” que os antigos

¹⁷ PALLASMAA, 2004: 484.

¹⁸ NORBERG-SCHULZ, 2004.

reconheciam como aquele “outro” que os homens precisam aceitar para ser capazes de habitar. O conceito de *genius loci* refere-se à essência do lugar.

Ao vivenciarmos a arquitetura guiados pela compreensão de sua linguagem snica e esttica e através do conhecimento das forças que manipularam sua construção, cuja forma física está presente até os nossos dias, passamos a ter uma relação de pertencimento, de fazer parte dele e no qual existiu o caráter de espaço vivido pela consciência da analogia entre o nosso passado e as influências existentes nas interações cotidianas.



Fig. 4. Esfera Armilar.
Foto: Cibelly Figueiredo, 2012



Fig. 5. Símbolos na fachada principal.
Foto: Cibelly Figueiredo, 2014

Os símbolos lusos presentes nas fachadas do Hospital, representando a monarquia e sociedade portuguesa na Belém Oitocentista, denotam que, sobretudo, o edifício-sede não fora construído somente para o assistencialismo hospitalar, mas concomitantemente para evidenciar um “lugar” no qual a colônia portuguesa se instalara sob determinadas condições, assumindo uma dimensão existencial.

O entendimento da estrutura da linguagem simbólica, a compreensão dos signos, sua utilização e atribuição de valores, balizaram as expressões culturais, e o inseriram como local de polmica e de contestações de interesses, no qual afloram grupos que detm concepções históricas, culturais e sociais diferenciadas.

Signos da Monarquia portuguesa e do Império Brasileiro fizeram-se presente na fachada principal deste noscmio, juntamente com a utilização da esfera armilar, símbolo do poder majestático em Portugal e em suas colnias e presente na bandeira de Portugal e do Império do Brasil.

No corpo central, o seu volume mais protuberante consistiu em um coroamento por um frontão cimbrado, no qual foram incrustados símbolos em alto relevo (...): a) ramos vegetais representando o café e o tabaco, que eram riquezas do Império; b) coroa real, cujo desenho diferenciou-se da coroa imperial, representando a Monarquia lusa; c) dragões representando poder e proteção; e d) mãos que se cumprimentavam denotando um compromisso selado durante uma atitude filantrópica.¹⁹

De acordo com Norberg-Schulz, «a simbolização implica ‘traduzir ‘ para outro meio um significado experimentado»²⁰. A teia de significados que se instalou em torno do hospital ultrapassou sua materialidade através das dinâmicas e das vivências que o dinamizaram e o tornaram um “lugar”. Esta trama repleta de aspectos materiais e imateriais foi que o fez único representante de um tempo passado e em torno desses valores, ele assume um caráter distinto de conservar a identidade da colônia portuguesa no norte brasileiro.

Os sistemas perceptuais se compõem de estruturas universais, inter-humanas, e também de estruturas condicionadas pela cultura e determinadas pelo lugar. É evidente que todo ser humano precisa possuir tanto sistemas mentais de orientação como de identificação. [...] a identidade das pessoas é, em boa medida, uma função dos lugares e das coisas. [...] a identidade humana pressupõe a identidade do lugar²¹.

Duarte demonstra que «os ambientes construídos se constituem em uma forma de comunicação entre gerações para a transmissão de práticas e lógicas culturais»²². E assim, as experiências vividas e guardadas cuidadosamente na memória dos atores envolvidos, fazem com que eles desenvolvam uma afetividade com o bem edificado, construindo uma aura de pertencimento e apropriação simbólica do espaço de sociabilização, moldando sua própria identidade a partir da reinterpretação do mundo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo demonstramos que os portugueses ao chegarem ao Brasil Oitocentista permaneceram unidos ao torrão natal através de práticas identitárias que preservassem e fomentassem sua cultura, mantendo os laços afetivos com a Pátria-mãe.

¹⁹ FIGUEIREDO, 2015: 96.

²⁰ NORBERG-SCHULZ, 2004: 453.

²¹ NORBERG-SCHULZ, 2004: 457.

²² DUARTE, 2010: 3.

Na dinâmica de fortalecimento e destaque social que a colônia lusa almejava para si, foram fundadas as Sociedades Benéficas tanto com o propósito de assistir aos portugueses que necessitassem de ajuda em solo brasileiro como de conservar os valores culturais, sociais e religiosos.

A construção de hospitais filantrópicos esteve inserida neste contexto de evidência social, com fachadas suntuosas adornadas com símbolos da monarquia lusa e império brasileiro, afirmando a presença das relações transatlânticas e difundindo a cultura portuguesa.

O método etnográfico foi utilizado na abordagem e interpretação das narrativas dos entrevistados servindo como balizador para nossa análise acerca das relações do Outro com a arquitetura do edifício-sede do Hospital D. Luiz I, reconhecendo-a como cenário das interações materiais e imateriais e de onde afloraram saberes e fazeres inerentes à sua construção.

O cruzamento entre as memórias individual e coletiva foram necessárias para demarcar a abordagem acerca da interpretação dos elementos semióticos pertinentes à arquitetura do hospital, tornando sua materialidade um elo historiográfico que ligou o passado ao presente, mostrando como a sociedade contemporânea o reconhece como suporte identitário da colônia portuguesa e de seus valores culturais, os quais foram mantidos, utilizados e transformados, evidenciando seu tempo e sua influência no cotidiano dos atores envolvidos.

Neste âmbito, identificamos a potencialidade fenomenológica da arquitetura do edifício-sede, sua importância simbólica de dimensão existencial, assumindo um caráter no qual as percepções de mundo se concretizam e o definem como lugar. Sua arquitetura como fonte documental e monumento histórico protege e conserva o *genius loci*, concretizando e propagando sua essência nas dinâmicas dos contextos sociais contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA

- ASSMANN, Aleida (2003) – *A Gramática da Memória Coletiva*. Goethe – Institut Inter Nationes Ano 45/2003/ Número 86.
- (2011) – *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp.
- CHAVES, Larissa Patron (2008) – *Honremos a Pátria Senhores! As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910)*. Porto Alegre: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Tese de Doutorado.
- DUARTE, Cristiane Rose (2010) – *Olhares possíveis para o Pesquisador em Arquitetura*. I ENANPARQ – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/105/105-690-2-SP.pdf>>. [Consulta realizada em 23/01/2016].

- FIGUEIREDO, Cibelly (2015) – *Hospital D. Luiz I da Benemérita Sociedade Beneficente Portuguesa do Pará como documento/monumento*. Belém: Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado.
- LE GOFF, Jacques. (2003) – *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Unicamp.
- NORBERG-SCHULZ, Christian (2004) – *O fenômeno do lugar*. In NESBITT, Kate, coord. – *Uma nova agenda para a Arquitetura*. São Paulo: Cosacnaify, p. 443-461.
- PALLASMAA, Juhani (2004) – *A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura*. In NESBITT, Kate, coord. – *Uma nova agenda para a arquitetura*. São Paulo: Cosacnaify, p. 482-489.
- POLLAK, Michael (1989) – *Memória, Esquecimento, Silêncio*. «Estudos Históricos», vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro, p. 3-15.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia (2011) – *Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana*. «Revista Iluminuras – Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais». Rio Grande do Sul: Faculdade de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 44.

